

## **A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e conflitos sócioambientais no Eixo do Amazonas**

### **Resumo<sup>1</sup>**

A IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana é o maior programa de integração física proposto para a América do Sul. Dos dez eixos da IIRSA, o Eixo do Amazonas é o principal devido ao seu caráter estratégico, às potencialidades e riquezas naturais da região, visando integrar o Peru, Equador, a Colômbia e o Brasil. Assim, a escala regional das obras previstas na IIRSA se consolida, assumindo proporções espaciais maiores com o conseqüente aumento de conflitos sociais e ambientais, decorrentes do aumento da exploração da natureza devido à expansão da economia. Esta forma de integração se constitui em um projeto alheio principalmente às comunidades locais da Região. Por isso, o principal objetivo desse trabalho é discutir os principais conflitos sócioambientais gerados pela IIRSA no Eixo do Amazonas, tendo em vista a construção de um modelo de desenvolvimento adequado à Amazônia.

Palavras-chave: IIRSA – Conflitos sócioambientais - Eixo do Amazonas - Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana – Região Amazônica

### **Introdução**

Os tratados de integração regional têm sido um dos temas mais relevantes nas relações internacionais. Praticamente todos os países do Planeta integram blocos, pois grande parte do comércio mundial ocorre por meio dessas instituições regionais. Dentro desse contexto, destaca-se a IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, o maior programa de integração física proposto para a América do Sul.

Criada em agosto de 2000 em Brasília pelos 12 países sul-americanos (só a Guiana Francesa não aderiu), através de projeto apresentado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a IIRSA objetiva a criação de uma ampla rede de infra-estrutura para conectar os países do continente e incentivar as relações econômicas e o fluxo de pessoas, através de um conjunto de projetos na área de logística, de energia e de telecomunicações, sendo o destaque principal dado aos dois primeiros setores.

Além dos governos dos 12 países sul-americanos, estão envolvidos na formulação e implementação da IIRSA o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), o BNDES do Brasil e empresas brasileiras como a Odebrecht, Petrobrás, Andrade Gutiérrez, Companhia Vale do Rio Doce, General Eletric (GE) e a América Latina Logística (ALL), observando-se a confluência de interesses entre governos, setor financeiro e grandes corporações na criação de novas territorialidades.

---

<sup>1</sup> Eixo 1: Geografia da América Latina em transformação política e social.

A IIRSA também envolve outras instituições, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA).

A Iniciativa pretende, através de dez eixos de integração, muitas vezes interligados e criados para facilitar o reordenamento territorial da América do Sul, traçar novas rotas adequadas à geografia econômica do presente século.

Esses Eixos são: Andino, Escudo das Guianas, Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia, Interoceânico Central, Capricórnio, Mercosul-Chile, Sul, Hidrovia Paraguai-Paraná e Sul Andino.

Dos quatro eixos da IIRSA que recortam a Amazônia, três tem sua expansão rumo ao Pacífico e apenas um rumo ao Caribe, evidenciando que a integração continental da América do Sul liderada pelo Brasil, tem objetivos geoestratégicos muito específicos de inserção na economia internacional.

O Eixo do Amazonas é considerado um dos principais da Iniciativa não só devido ao seu caráter estratégico, mas também devido às potencialidades e riquezas naturais da região, considerando a Amazônia uma região de importância primordial no desenvolvimento dos processos de integração física, das comunicações e da energia, que permitirão aproximar os mercados intra-amazônicos (IIRSA 2008).

A IIRSA procura estabelecer rotas dentro do território amazônico que combinem o momento do traslado com o da extração ou produção de tudo o que potencialmente pode se converter em lucro (Ceceña 2007), tratando-se de uma nova escala para pensar e agir na região (Becker 2005).

Desta forma, a Região Amazônica torna-se o centro do continente, mesmo não sendo a parte do continente onde passam os fluxos mais densos, localizados ao sul (Thery 2005).

Apesar da IIRSA ter como objetivo a promoção do desenvolvimento da infra-estrutura com base em uma visão regional, através da integração física dos países da América do Sul e da conquista de um padrão de desenvolvimento equitativo e sustentável (IIRSA 2008), verifica-se que o projeto não foi pensado como proposta de aproximação entre países e as suas populações, mas sim como incorporação e/ou adaptação de territórios, de modo que estes possam trazer benefícios de interesse ao capital.

A Iniciativa obedece ao modelo de liberalização dos mercados, privatização e extração de recursos, onde se observa que um dos seus principais objetivos é o de facilitar a exportação de matérias-primas. Para isso, prevê 507 grandes obras em 20 anos, com um investimento total estimado em 70 bilhões de dólares.

Com essas obras, rios, populações e regiões inteiras poderão ser entregues às grandes empresas, em nome de um desenvolvimento cujos custos e benefícios não têm sido ainda corretamente mensurados (Verdum 2007).

Assim, pode-se afirmar que, além de manter a dependência da América do Sul em relação às nações ricas, a IIRSA poderá aprofundar as assimetrias internas e regionais, introduzindo os produtos do Brasil, o principal impulsionador da Iniciativa, nos demais países do continente. Além disso, os mega projetos previstos pela Iniciativa poderão causar inúmeros impactos ao meio ambiente e às comunidades locais (formadas por comunidades extrativistas, ribeirinhas e povos indígenas), geralmente pouco consultadas ou ouvidas de maneira inadequada.

Por isso, nesse trabalho pretende-se identificar e analisar alguns dos principais conflitos sócioambientais gerados pela IIRSA no Eixo do Amazonas. Além de contribuir para a discussão

sobre o tema, espera-se também contribuir para o desenvolvimento do conhecimento geográfico no que se refere aos processos de integração na América do Sul e sua inserção na Ordem Mundial.

A metodologia compreendeu a leitura e análise de várias fontes: obras de referência, mapas e outros documentos produzidos pela IIRSA, entidades representativas das comunidades locais da Região Amazônica e documentos produzidos por entidades não governamentais, sendo parte deles, acessado por via eletrônica.

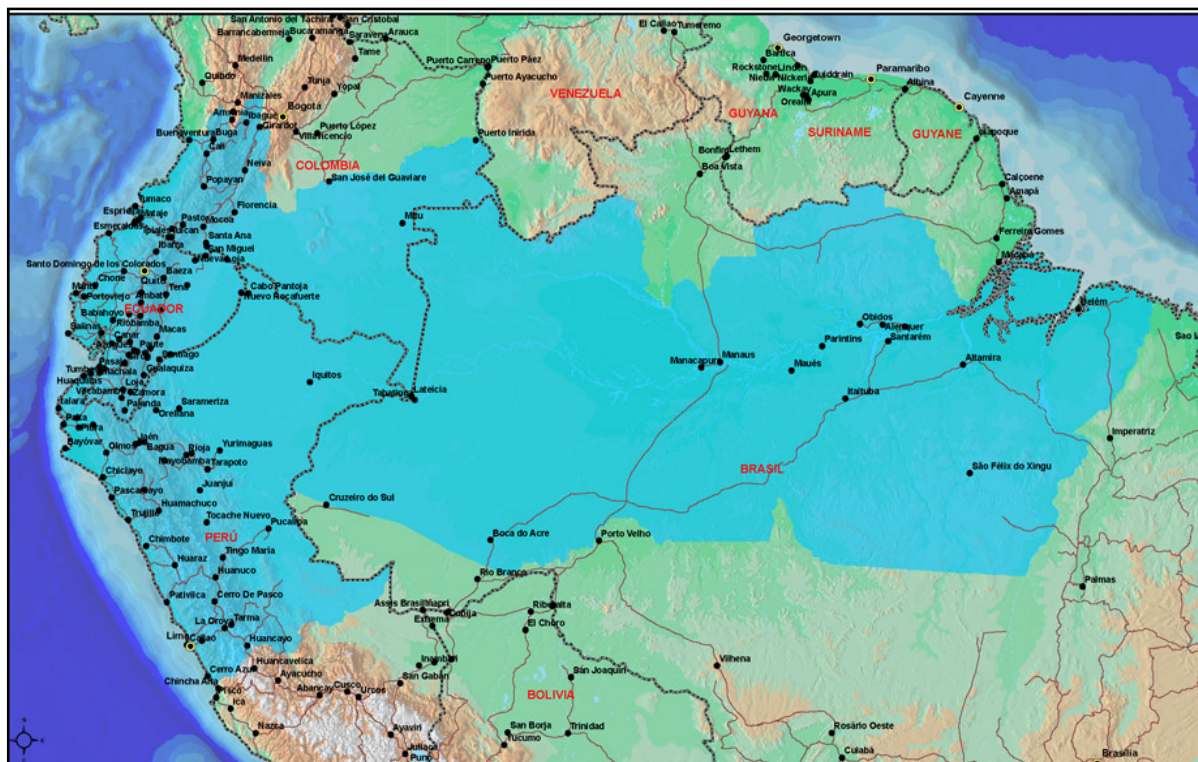
### Conflitos sócioambientais no Eixo do Amazonas

O Eixo do Amazonas compreende cerca de duzentos quilômetros de amplitude, estendidos ao longo de vinte mil quilômetros de vias fluviais navegáveis, integrando o Peru, Equador, a Colômbia e o Brasil.

Na sua área de aproximadamente 4,5 milhões de Km<sup>2</sup>, possui uma população estimada de 52 milhões de habitantes (IIRSA 2008).

No mapa a seguir, observa-se a localização e área de influência do Eixo do Amazonas.

**Mapa 1. Área de influência do Eixo do Amazonas**



Fonte: IIRSA 2008.

Dos primeiros 44 projetos da IIRSA para o Eixo, 21 são destinados às obras fluviais, 12 às estradas, 3 marítimos, 5 para transporte aéreo, um para adequações fronteiriças e os outros 2 voltados à interconexão energética (como a rota do rio Madeira, principal afluente do Amazonas e com um imenso potencial hidrelétrico) (Ceceña e Motto 2007).

O principal grupo de projetos do Eixo corresponde ao acesso às hidroviáveis do *Putumayo*; *Nappo*; *Huallaga*; *Marañón*; *Ucayali*; *Solimões-Amazonas*; *Morona-Marañón-Amazonas* e a *Rede de Hidroviáveis Amazônicas* (IIRSA 2008).

O Eixo do Amazonas mostra-se essencial por possuir uma grande quantidade de recursos naturais, como grande parte da biodiversidade do Planeta e da reserva mundial de água doce não congelada. Suas águas representam cerca de 20% de toda a reserva de água doce do planeta e o Rio Amazonas verte 15,5% das águas não salgadas que chegam aos oceanos. Além disso, a região atravessada pelo Eixo contém recursos naturais não renováveis como petróleo, gás, ouro, urânio e ferro, entre outros (Conservação Internacional 2007).

A maior parte das obras previstas da IIRSA encontra-se fora do Brasil e em áreas fronteiriças. Assim, a escala regional das obras previstas na IIRSA se consolida, assumindo proporções espaciais maiores, com o conseqüente aumento de conflitos sociais e ambientais, decorrentes do uso cada vez maior do ambiente natural devido à expansão da economia (Martínez Alier 2007, p. 14).

A Iniciativa segue uma estratégia de integração regional, segundo a qual regiões relativamente intocadas e portadoras de um rico patrimônio da diversidade sócio cultural e ambiental do continente, como a Região Amazônica, sejam vistas, ora como “obstáculos naturais” a serem superados para alcançar o crescimento econômico, ora como recursos estratégicos (Ceceña e Motto 2007).

A IIRSA se apresenta como enorme risco,

“às ricas zonas de biodiversidade e de história pré-colombiana, de aumento de *conflitos sociais* trazidos pelo aumento da migração, da grilagem e dos conflitos de terra e concentração fundiária ao longo das redes logísticas de transporte e de ampliação dos *conflitos ambientais*, com o aumento da pressão antrópica sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, ou com o aceleramento do desmatamento direto ou induzido pela expansão da fronteira agrícola” (Senhoras e Guzzi s.d.)

No quadro a seguir, observam-se alguns dados referentes aos tipos e quantidades de conflitos detectados somente nos estados brasileiros do Pará e do Amazonas, atravessados pelo Eixo do Amazonas, segundo dados coletados entre março de 2005 e janeiro de 2006.

**Figura 1. Conflitos sócioambientais nos estados do Amazonas e do Pará**

Tipologia do conflito/Estados	Amazonas	Pará	Número total por tipo de conflito
Grandes projetos de Infra-estrutura	1	12	13
Recursos hídricos	0	21	21
Queimadas/incêndios provocados	0	11	11
Pesca e caça predatória	6	18	24
Extração predatória de Recursos naturais	0	11	11
Desmatamento	0	14	14
Garimpo/Pecuária/Extração de madeira	11	74	85
Regularização fundiária	9	11	20
Ordenamento territorial	10	56	66
Violência física declarada	5	18	23
Moradia	1	3	4
Número total	50	249	299

Fonte: “Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal”. Campanha Na Floresta Têm Direitos Justiça Ambiental na Amazônia - FASE - Programa Amazônia/PA (Paiva 2006).  
Elaboração Própria.

Vale ressaltar que, apesar dos conflitos sócioambientais gerados diretamente pelos grandes projetos de infra-estrutura nos estados do Amazonas e do Pará não serem os mais frequentes da região, esses projetos acabam facilitando a ocorrência dos demais conflitos evidenciados no mapa acima. Desta forma, o Mapa “evidencia a degradação ambiental e a sistemática violação de direitos humanos e o desrespeito aos modos de vida a que têm sido submetidos os povos da Amazônia” (Paiva 2006, p.18).

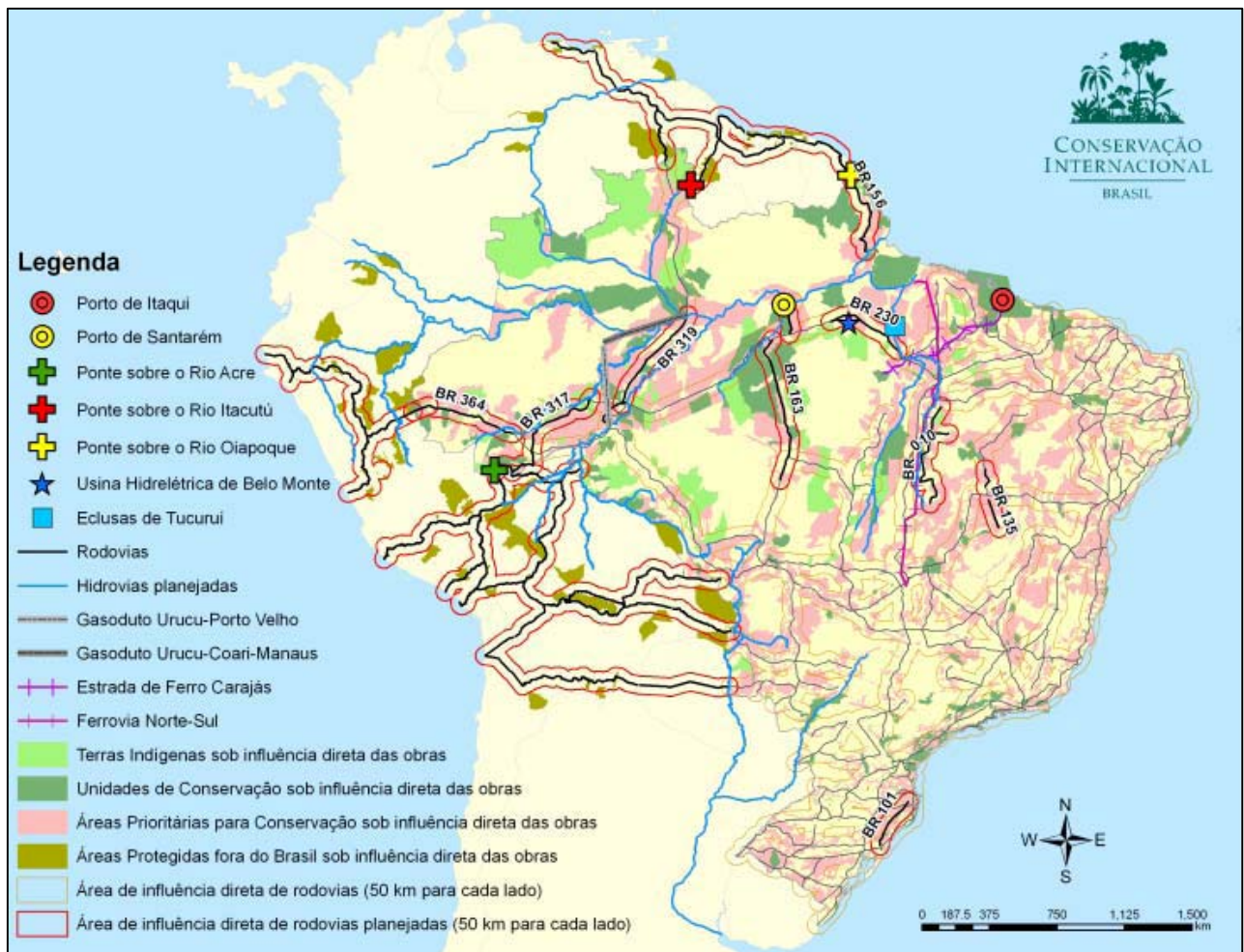
Dentre os impactos sociais e ambientais causados pelos projetos de infra-estrutura do Eixo, podemos destacar as obras de construção e pavimentação de rodovias, por induzirem a ocupação desordenada do território, o aumento da migração para áreas ao longo da estrada, grilagem, aumento acelerado do desmatamento direto e induzido, além dos conflitos pela terra e concentração fundiária. Além disso, a presença de estradas aumenta a pressão antrópica sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que ficam mais sujeitas às invasões.

As ferrovias também são responsáveis por impactos semelhantes, embora em menor intensidade e área.

As obras na Região Amazônica influenciarão diretamente cerca de 2,5 milhões km<sup>2</sup>. Dentro desta área estão contidas 47 Unidades de Conservação de proteção integral, 90 Unidades de Conservação de uso sustentável, 107 áreas indígenas, 484 áreas consideradas pelo governo federal como prioritárias para a conservação da biodiversidade, além de 145 áreas protegidas

fora das fronteiras brasileiras (Conservação Internacional 2007, p. 15), como se observa no mapa a seguir.

**Mapa 2. Áreas Protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação) e áreas prioritárias para a conservação sob influência direta dos projetos selecionados da IIRSA.**



Fonte: Conservação Internacional 2007.

As populações indígenas e as demais comunidades locais são especialmente suscetíveis aos impactos causados pela construção de rodovias, ferrovias ou hidrovias, porque com elas, vem o aumento da violência contra essas populações, havendo a diminuição da caça e a gradual e perda dos valores tradicionais.

A exploração predatória dos recursos naturais gera a diminuição da qualidade de vida e da renda das populações indígenas, a perda de biodiversidade, o aumento de doenças endêmicas, o aumento das emissões de carbono e a redução da amplitude e qualidade dos serviços ambientais,

como a diminuição da qualidade e da disponibilidade de água para o ser humano (Conservação Internacional 2007).

O estabelecimento de hidrovias e as grandes hidrelétricas também causam danos irreversíveis ao ecossistema aquático nos rios interrompendo fluxos migratórios de várias espécies, havendo ainda o aumento o risco de assoreamento de rios e canais e de erosão nas margens. Assim, tanto a qualidade da água quanto a biodiversidade da região ficam comprometidas, alterando o regime de cheias e secas, diminuindo a quantidade de peixes.

As grandes usinas hidrelétricas também emitem gases de efeito estufa, além do previsível impacto do alagamento do reservatório na região, interrompendo o curso do rio, impedindo a reprodução de várias espécies de peixes (Conservação Internacional 2007).

Além dos impactos citados, a soma dos projetos públicos brasileiros com os idealizados pela IIRSA deverá ocasionar a diminuição de custos de logística e, conseqüentemente, a abertura de novas áreas para a ocupação humana desordenada em regiões praticamente intocadas.

A região atravessada pelo Eixo apresenta uma longa história de ocupação humana que, ainda que tenha sido pouco estudada, é uma realidade cada vez mais valorizada na medida em que o ser humano busca maneiras de conviver de maneira sustentável com ecossistemas frágeis e vulneráveis de enorme riqueza.

As obras previstas poderão ainda ter um efeito negativo sobre os poucos remanescentes de floresta em alguns dos setores mais desmatados da Amazônia, causando a redução de várias espécies de animais e plantas que ainda sobrevivem nestas regiões (Paz 2006).

Também se faz necessário considerar com especial destaque, os impactos das obras da IIRSA nos povos indígenas isolados<sup>2</sup> que habitam a região do Eixo.

Os povos indígenas isolados da América do Sul habitam os países da Bacia Amazônica, como o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A decisão de isolamento desses povos é resultado dos encontros com efeitos negativos para suas sociedades, como infecções, doenças, epidemias e morte, atos de violência física, espoliação de seus recursos naturais ou eventos que tornam vulneráveis seus territórios e entorno natural, ameaçando suas vidas, seus direitos e sua continuidade histórica.

“Atuais vítimas do processo de globalização, os povos indígenas isolados passam a ser vistos por muitos como uma barreira para a expansão do capital e da cultura globalizada. Assim, diante dos contextos de vulnerabilidade que ameaçam esses povos, fica claro que devem ser tomadas medidas, tanto imediatas quanto estruturantes, por parte dos Estados, dirigidas à proteção dos seus direitos” (Comegna 2008, p.1).

Nos últimos anos a questão indígena tem despertado a atenção do Brasil e demais países amazônicos, em vista da crescente importância da Floresta Amazônica como um dos últimos redutos naturais do Planeta. Esse enfoque se complementa com a conservação da biodiversidade, dada a sua vinculação com a proteção dos territórios, ecossistemas e recursos naturais.

O Brasil é o país que possui o maior número desses povos em seu território, onde existem pelo menos 30 povos (Brackelaire 2006). Desses povos, localizados nos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, dezessete estão em eminência de extinção.

---

<sup>2</sup> A denominação de povos isolados se refere ao fenômeno dos grupos indígenas com ausência de relações frente às sociedades nacionais ou com baixas mostras de relação e contato, sendo que essa noção de isolamento está relacionado com o ato de evitar a interação com agentes da civilização e das sociedades nacionais (Comegna 2008).

O Eixo Multimodal Amazonas Centro<sup>3</sup>, compreendido pela sua rede de estradas de 867 km de extensão (Bicusa 2008) é um dos eixos transversais que conectam a costa peruana à região Amazônica. Devido à sua penetração na região, esse Eixo representa uma maior pressão sobre os recursos naturais, gerando uma grande ameaça à subsistência das populações indígenas.

Apesar de não terem sido realizados estudos mais aprimorados sobre os impactos desse Eixo, é fato sabido que os prejuízos serão enormes para a reserva da *Serra do Divisor*<sup>4</sup>, compartilhada pelo Peru e Brasil e localizada entre as cidades de *Pucallpa* (Peru) e *Cruzeiro do Sul* (Brasil). A *Serra do Divisor* possui muitas espécies endêmicas e outras ainda não descritas, além de povos indígenas isolados.

Com a criação da *Zona Reservada* no Peru, a *Serra do Divisor* se converteu em uma das regiões de proteção transfronteiriça mais importantes do mundo, porém com um futuro incerto. A região enfrenta várias ameaças para sua conservação, com a possibilidade de que madeireiros e mineradores que trabalham na fronteira ou dentro da *Serra do Divisor* penetrem cada vez mais na região, pondo em risco as populações indígenas que lá vivem.

Na *Zona Reservada* (Peru) habitam cerca de 20 povos indígenas como *Ashaninkas*, *Shipibo-Conibo* e uma população mestiça, além dos indígenas em isolamento voluntário, como os *Isconahuas*, que vivem dentro de uma Reserva Territorial<sup>5</sup>. Esses povos praticam uma economia de subsistência, baseada na caça, pesca, coleta e agricultura itinerante.

Ainda no Peru, os projetos de integração localizados no vale do rio *Apurimac* e na bacia do Putumayo, fronteira norte com a Colômbia, foram definidos, pela Coordenação da IIRSA do *Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú*, como “a ruptura com o isolamento” para os povos indígenas, integrando-os à economia moderna (McElhinny 2008).

Essa afirmação foi feita durante a Reunião da IIRSA- CCT<sup>6</sup> sobre Infra-estrutura e Amazônia, realizada em Washington, DC, em 2008, evidenciando que muitas autoridades estatais não vêem como ameaça a essas populações os grandes projetos de infra-estrutura. Por isso, para reduzir a possibilidade de conflitos dessa ordem, as políticas propostas precisam se enquadrar na construção de sociedades democráticas multiculturais que possibilitem a coexistência harmoniosa entre culturas diferentes, num contexto de participação, equidade e transparência.

A cooperação entre os países da Bacia Amazônica que abrigam a maioria desses povos é um processo complexo, mas necessário para proteger os seus direitos, principalmente daqueles localizados nas fronteiras dos países. O centro dessa política é a consolidação territorial e a adoção de medidas específicas para cada povo e região em que serão aplicadas. Isso significa que os processos de gestão territorial precisam ter como critério a proteção das áreas em que se localizam os povos indígenas isolados (Comegna 2008).

---

<sup>3</sup> De acordo com a IIRSA, o Eixo Multimodal Amazonas Centro está representado pelo Grupo 4 do Eixo do Amazonas: “Acesso à Hidrovia do *Ucayali*”. Esse projeto engloba o Centro Logístico Intermodal de *Pucallpa*, Interconexão Energética *Pucallpa-Cruzeiro* do Sul, Interconexão vial *Pucallpa-Cruzeiro* do Sul, Aeroporto de *Pucallpa*, Modernização do Porto de *Callao*, *Autopista Lima-Ricardo Palma* (BIC (a) 2009).

<sup>4</sup> A Serra do Divisor foi considerada *Zona Reservada* pelo Peru em 11 abr. 2006, através da Resolução Ministerial nº 0283-2006-AG. Sua extensão é de 1.478.311.39 hectares. No Brasil, desde a década de 1980, há na região um Parque Nacional, uma Reserva Extrativista e um conjunto de Terras Indígenas (BIC (a) 2009).

<sup>5</sup> Reserva Territorial criada mediante Resolução Territorial Regional nº 000201 97 CTRU/DRA, jun. 1997, expedida pelo Governo Regional de *Ucayali* (BIC 2009).

<sup>6</sup> CCT -Comité de Coordenação Técnica da IIRSA.



Outro grande projeto de infra-estrutura no Peru é o Eixo Multimodal Amazonas Norte, cujo principal objetivo é fazer a interconexão da costa norte peruana com o estado do Amazonas no Brasil, através de um corredor de vias e as hidrovias de *Huallaga* e *Marañón*.

Foi realizada pela primeira vez, para as obras desse Eixo, uma Avaliação Ambiental Estratégica<sup>7</sup>, solicitada pelo governo peruano para o corredor norte e sua área de influência.

O Eixo pretende facilitar a comunicação do Peru com o Equador e potencializar a interconexão do interior do continente com o Pacífico (IIRSA 2008).

Segundo o relatório da Avaliação Ambiental<sup>8</sup>, foram levantados 10 tipos de conflitos socioambientais onde as causas são resumidas a seguir:

- A melhoria das condições de transporte, facilitando a penetração na região e o incentivo à exploração de madeira ilegal;
- A migração sem controle e o crescimento populacional desordenado ao longo das estradas; estradas que afetariam Áreas Protegidas na *Cordillera Escalera*, *Alto Mayo* e na Reserva Nacional de *Pacaya Samiria*;
- O incremento da atividade comercial, propiciando um maior contato entre indígenas e comerciantes, afetando a cultura e tradições dos indígenas, especialmente na área de influência direta *Aguarunas* e *Kechwa Lamistas* (do Departamento de *San Martin*);
- O fenômeno natural do *El Niño*, que afetaria o trânsito normal de estradas, especialmente em regiões já afetadas por chuvas torrenciais (como *Lambayeque* e *Piura*);
- A contaminação do ar; a perda de atrativos turísticos em áreas sensíveis como *Cordillera La Escalera* e *Alto Mayo*, pondo em risco a biodiversidade da região; a geração de zonas frágeis e vulneráveis a deslizamentos em terras utilizadas para criação de gado ou fins agrícolas, além do surgimento de novos espaços urbanos e rurais, e
- A contaminação de água e solo, devido ao manejo inadequado dos resíduos sólidos e líquidos.

A Avaliação Ambiental também destacou a presença de produtos estrangeiros a preços baixos na região, especialmente originários do Brasil, como uma possível fonte de conflitos e tensões sociais. Devido à baixa capacidade econômica e cultural da população afetada para competir com os citados produtos, a frustração das suas expectativas seriam cada vez maiores (BIC (a) 2009).

Assim, pode-se verificar que o território amazônico não é apenas um espaço geográfico ocupado por uma imensa floresta homogênea, “mas trata-se de um ‘lugar’ que se constitui a partir dos significados forjados nas dinâmicas e interações sócio-culturais de seus povos, e destes com a natureza (...). Daí, as inserções neste território se darem em contextos de fortes tensões e violência” (Paiva 2006, p.8)

---

<sup>7</sup> A Avaliação compreendeu uma área de influência direta com uma superfície de 1.961.273.00 hectares e 79 distritos, e uma área de Influência Indireta com um total de 18 províncias localizadas sobre uma superfície de 7.435.647.00 hectares (BIC (b) 2009).

<sup>8</sup> O relatório mais detalhado de impactos sócioambientais no Eixo Multimodal Amazonas Norte encontra-se disponível em <<http://www.bicusa.org/es/Project.10283.aspx>>

Desta forma, verificamos que o modelo de desenvolvimento reproduzido no território amazônico demonstra a racionalidade de mercado nos processos de ocupação e exploração da floresta, legitimados pelo discurso da modernização e desenvolvimento sustentável para a região (Paiva 2006).

Mas, contrariamente à racionalidade que concebe o território amazônico apenas como um espaço estratégico do ponto de vista político-econômico, comunidades locais percebem a complexidade e a interdependência de questões econômicas, sociais e culturais, explicitadas nos processos de manutenção e reprodução dos vários modos de vida que apresentam como base material o meio ambiente amazônico (Paiva 2006).

Segundo Enrique Leff, novos atores sociais emergem na cena política local, pois “dos conflitos que nascem da racionalidade social dominante emergem movimentos sociais caracterizados por suas novas demandas, formas de organização e estratégias de luta, dinamizando e transformando as formas de exercício e luta pelo poder” (Leff 2001, p.104). Para o autor, esses movimentos sociais

“são movimentos desencadeados por conflitos sobre o acesso e o controle dos recursos; são movimentos pela reapropriação social da natureza vinculados a processos de democratização, à defesa de seus territórios, de suas identidades étnicas, de sua autonomia política e sua capacidade de autogerir suas formas de vida e seus estilos de desenvolvimento. São movimentos que definem as condições materiais de produção e os valores culturais das comunidades locais (Leff 2001, p. 114).

É preciso, portanto, incorporar questões étnicas e culturais neste processo de integração regional, embora poucos atores atingidos pelas obras da IIRSA demonstrem ter a capacidade ou os recursos necessários disponíveis para internalizar os custos associados a um planejamento social e ambiental adequados. (McElhinny 2008).

Por outro lado, e contrariamente aos interesses do sistema financeiro e de dominação das grandes potências mundiais, observa-se também o crescimento dos movimentos sociais internacionais, reforçados pela conjuntura política regional, que além de possibilitar novas articulações intergovernamentais, baseadas na cooperação entre os doze países da IIRSA, também favorece o diálogo entre organizações e redes.

Essas redes representam “a capacidade que os movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm de explicitar a sua riqueza intersubjetiva, organizacional e política e concretizar a construção de intersubjetividades planetárias buscando consensos, tratados e compromissos de atuação coletiva” (Jacobi s.d., p.4).

Atores sociais como as organizações não governamentais, corporações, religiosas e movimentos sociais, possuem suas territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, configurando uma situação mundial complexa, sendo que essa nova geopolítica se apresenta na Amazônia, pois nela se encontram esses elementos (Becker 2008).

Segundo a geógrafa Luciana Ziglio,

“Hoje temos as Organizações Não-Governamentais inseridas nas escalas nacionais e internacionais como apoio às necessidades de constituição de uma cidadania para diminuição da desigualdade econômica, busca aos direitos sociais, a diminuição do impacto da degradação da vida e do meio ambiente e para a busca de colocação em prática da tão sonhada sustentabilidade” (Ziglio 2008, p.1).

Por isso, para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes atores e projetos que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social (Becker 2008). E, desta forma, construir um verdadeiro projeto de integração da Amazônia no continente.

## Considerações finais

Existiria um sistema de compensações adequado às comunidades locais diretamente afetadas pela IIRSA? Quais seriam as alternativas viáveis a esse modelo de integração?

Com este trabalho, procurou-se refletir sobre alguns tipos de conflitos gerados pelas obras da IIRSA que ocorrem ou poderão ocorrer, embora ainda existam várias questões a serem analisadas.

A importância da IIRSA continua sendo questionada devido aos riscos sociais, ambientais e econômicos que são ocasionados pelos seus projetos, implementados sem o devido planejamento, desconsiderando a sustentabilidade social e ambiental.

Os impactos negativos desse grande projeto sobre a floresta e as comunidades locais entre outros, poderão ser enormes e merecem ser analisados com maior profundidade se quisermos nos empenhar na reversão desse quadro de exclusão, desigualdade e de degradação sócio-ambiental, tendo em vista a construção de um modelo de desenvolvimento sustentado adequado à Amazônia.

Os projetos de desenvolvimento para a Região Amazônica precisam considerar os direitos das comunidades locais, assim como a conservação da floresta, dos rios, e da biodiversidade. Por isso, é preciso discutir o significado de integração.

Apesar da IIRSA ser o maior programa de integração física já proposto para a América do Sul, sua divulgação ainda é muito baixa junto à sociedade civil. Esse fato leva a maioria das pessoas a perceber de forma isolada a execução de cada obra da Iniciativa e não como parte integrante de um projeto maior e único. Essa falta de percepção faz com que, muitas vezes, não haja uma ação articulada da sociedade civil frente à Iniciativa.

A atual conjuntura requer uma maior autonomia e articulação dos movimentos sociais, visando à superação de iniciativas de integração que possam vir a repetir um padrão de desenvolvimento com base na exploração de recursos naturais sem considerar o princípio de equidade entre as comunidades e criando um padrão de consumo gerador de impactos sócio-ambientais. Para isso, seria necessária a promoção do desenvolvimento de capacidades para melhorar a interlocução entre as comunidades diretamente afetadas pelas obras e as autoridades de cada país.

## Referências bibliográficas

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. *Estud. av.* [em linha]. 2005, vol. 19, no. 53 [cited 2008-08-16], pp. 71-86. <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em 20 jul. 2008.

BIC (a). **Eje Multimodal Amazonas Centro/Interconexión vial Pucallpa-Cruzeiro do Sul**. [Em linha].< <http://www.bicusa.org/es/Project.10297.aspx> >Acesso em 21 jan 2009.

- BIC (b). **Eje Multimodal Amazonas Norte** [Em linha]. < <http://www.bicusa.org/es/Project.10283.aspx> > Acesso em 21 jan 2009.
- BRACKELAIRE, Vincent. *Situación de los últimos pueblos indígenas aislados em América Latina (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Peru, Venezuela)*. Diagnóstico regional para facilitar estrategias de protección. [Em linha], Brasília, Enero 2006. <<http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/>>. [20 de fevereiro de 2008].
- CECEÑA, Ana Esther, AGUILAR, Paula, MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación. Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007. 60 p.
- COMEGNA, Maria Angela. **Políticas de proteção aos povos indígenas isolados no Brasil e na Bolívia. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. [Em linha] <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/89.htm>> Acesso em 20 jan. 2009.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Política ambiental**. nº 3, maio 2007.
- IIRSA. **Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana**. [Em linha] <<http://www.iirsa.org/>> Acesso em 20 jul. 2008.
- JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas**. São Paulo, s.d. 34 p. [Em linha] <<http://www.projetosintonia.com/artigos/rapartigopj2000.doc>> Acesso em 20 jan. 2009.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.
- McELHINNY, Vince. **Reunión de IIRSA-CCT sobre infraestructura y la Amazonia: El futuro de IIRSA em Duda**. Washington DC: Biceca, 29 set. 2008. [Em linha] < <http://www.biceca.org/es/Article.920.aspx> > Acesso em 06 nov. 2008.
- PAIVA, Angela. *Campanha “Na floresta tem direitos: justiça ambiental na Amazônia”* In: **Seminário Internacional PAD/EUROPAD** (Salvador, 19 a 23 de novembro de 2006). Belém, out. 2006. 23 p.
- PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006. [Tese]. 232 p.

SENHORAS, Elói Martins, GUZZI, André Cavaller. **A Amazônia, o Pacífico e a problemática da integração e infra-estrutura regional na América do Sul.** s.d. 20 p. [Em Linha] <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/eloi01.pdf>> Acesso em 20 jan. 2009.

VERDUM, Ricardo. **Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul.** ADITAL, 21 nov. 2007.< <http://www.adital.com.br>> Acesso em 14 jan. 2009.

THERY, Hervé. **Situações da Amazônia no Brasil e no continente.** *Estud. av.* [online]. 2005, vol. 19, no. 53 [cited 2008-08-16], pp. 37-49. <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em 20 jul. 2008.

ZIGLIO, Luciana. **Cooperação internacional de atores não-estatais.** *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. [Em linha] <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/57.htm>> Acesso em 21 dez. 2008.